



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

---

**RESOLUÇÃO Nº 84/2016**  
**(18.2.2016)**  
**REVISÃO DE ELEITORADO Nº 1-12.2015.6.05.0163 – CLASSE 44**  
**ARAÇÁS**

---

PROCEDÊNCIA: Juízo Eleitoral da 163ª Zona/Alagoinhas.

CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL: Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

**Revisão do eleitorado com identificação biométrica. Atendimento das normas legais de regência. Regularidade do procedimento. Homologação.**

*Considerando a legalidade e regularidade do procedimento adotado durante a revisão eleitoral, impõe-se sua homologação, nos termos do art. 76, inciso II da Res. TSE nº 21.538/2003.*

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

**RESOLVEM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **HOMOLOGAR A REVISÃO ELEITORAL**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar a presente Resolução.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 18 de fevereiro de 2016.

**LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE**  
**Juiz-Presidente**

**FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS**  
**Corregedor Regional Eleitoral**

**RUY NESTOR BASTOS MELLO**  
**Procurador Regional Eleitoral**

---

**REVISÃO DE ELEITORADO Nº 1-12.2015.6.05.0163 – CLASSE 44**  
**ARAÇÁS**

---

## **R E L A T Ó R I O**

Trata-se de procedimento de revisão eleitoral com coleta de dados biométricos dos eleitores do Município de Araçás, nos termos das Resoluções TSE nºs 21.538/2003 e 23.335/2011 e do Provimento nº 8/2013 da CGE, realizado nos interstícios de 13.1.2015 a 18.12.2015, no Fórum Eleitoral de Alagoinhas, e de 14.9.2015 a 10.11.2015, no posto de atendimento montado no Auditório da Prefeitura Municipal de Araçás.

Os eleitores do aludido município foram regularmente convocados mediante Edital nº 58/2014, fls. 01/02, publicado no Diário da Justiça Eleitoral em 7.1.2016, fl. 3, e afixado no local de costume durante todo o período revisional.

A sentença proferida pelo magistrado zonal, ao tempo em que ratifica que o membro do *Parquet* manifestou-se pela validação da revisão eleitoral, determina o cancelamento das inscrições irregulares e daquelas constantes das fls. 122/200, por não atenderem à convocação para comparecimento à revisão eleitoral.

O relatório acostado aos autos às fls. 211/212 assevera a inexistência de impugnações.

A Procuradoria Regional Eleitoral, à fl. 218, manifesta-se pela homologação do procedimento.

É o relatório.

---

**REVISÃO DE ELEITORADO Nº 1-12.2015.6.05.0163 – CLASSE 44**  
**ARAÇÁS**

---

**V O T O**

Da análise minudente dos elementos inseridos na sentença alusiva à revisão eleitoral realizada no Município de Araçás, verifico que o procedimento transcorreu regularmente, com atendimento às normas legais de regência, bem assim, às determinações do Tribunal Superior Eleitoral – Resoluções TSE nºs 21.538/2003 e 23.335/2011 e Provimento nº 13 da Corregedoria Geral Eleitoral – denotando a adoção das providências necessárias à convocação dos eleitores no sentido de regularizar as suas situações, bem como de medidas direcionadas ao efetivo controle dos registros cartorários.

Outrossim, insta salientar a existência de ampla publicidade dos atos praticados nos procedimentos revisionais, que, no seu curso, contaram com o devido acompanhamento de membro do Ministério Público Eleitoral.

Dessa forma, considerando a legalidade e a regularidade do procedimento adotado durante a revisão, acolho o opinativo do Ministério Público Eleitoral, submetendo-o a esta Corte para homologação, nos termos do art. 76, inciso II da Res. TSE nº 21.538/2003.

É como voto.

Sala das sessões do TRE da Bahia, em 18 de fevereiro de 2016.

**Fábio Alexsandro Costa Bastos**  
**Corregedor Regional Eleitoral**